



1.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas

24.02.2014

PAOD

5º QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO (2014-2020)

O Governo PSD/CDS divulgou no início do presente mês a proposta final de Acordo de Parceria 2014-2020 que remeteu para a Comissão Europeia, a qual pretende constituir-se como um elemento orientador do investimento público a realizar a nível nacional nos próximos sete anos.

Não obstante a redução do financiamento comunitário, em valores um pouco superiores a dez por cento face ao anterior quadro comunitário de apoio, a importância desta proposta de Acordo de Parceria fica, ainda assim, evidenciada pela dimensão significativa, embora certamente insuficiente face às necessidades, dos meios financeiros comunitários diretamente mobilizados através de um Quadro Financeiro Plurianual de cerca de 25,24 mil milhões de euros, incluindo 4,06 mil milhões de euros de fundos agrícolas.

Tal como ocorreu no passado, em especial com o último QREN (2007-2013), a aplicação em concreto dos meios financeiros incluídos neste Acordo de Parceria está balizada pela aplicação da Estratégia 2020 e pelo Pacto de Estabilidade, num contexto condicionador agora reforçado pela aprovação do Tratado Orçamental. Neste contexto as prioridades essenciais são definidas pela Comissão Europeia sem terem em devida conta e atenção as especificidades e diferentes situações sociais e económicas de base, dificilmente podendo constituir-se como resposta mais adequada a um plano de desenvolvimento nacional e regional que responda às necessidades de transformação do atual modelo de desenvolvimento económico do país, à promoção da coesão interna e à convergência real com a média comunitária.

Em vez de procurar limitar e minimizar os efeitos perversos de uma definição exterior e distanciada da realidade, do que são e/ou devem ser as prioridades nacionais, o Governo PSD/CDS optou por elaborar e apresentar publicamente uma proposta final de Acordo de Parceria sem que tenha suscitado ou ocorrido um debate político prévio, sem uma adequada e necessária auscultação alargada de todos os parceiros sociais, sem os contributos de órgãos intermunicipais, metropolitano e regionais, nem uma participação suficiente das associações representativas das autarquias.

O país e os portugueses – a quem este Governo PSD/CDS tenta agora, por todos os meios, com muita fantasia e propaganda fazer crer que os sacrifícios, os dramas, o grave e brutal retrocesso no seu padrão de vida valeram a pena – necessitavam de um outro Acordo



de Parceria e de um 5º Quadro Comunitário de Apoio com uma outra orientação e com um outro rumo estratégico, por exemplo:

- que pugnassem pelo aumento, gestão democrática e descentralizada e pelo acesso atempado e desburocratizado aos fundos comunitários por Portugal,
- que pudesse contribuir para o reforço e modernização do sistema produtivo nacional nomeadamente do sector empresarial do Estado e das micro, pequenas e médias empresas, a criação de emprego, a educação, a formação e a investigação públicas, o reforço dos serviços públicos e a criação das infraestruturas, o reforço dos serviços públicos e a criação das infraestruturas necessárias ao país,
- que garantisse o apoio, de forma significativa e sem condicionantes externas, à atividade industrial do país, visando o seu crescimento e modernização, ao sector comercial, particularmente o comércio tradicional, de forma a permitir a respetiva modernização, bem como do sector cooperativo, em toda a sua diversidade,
- que assegurasse o desenvolvimento equilibrado de todo o território nacional, corrigindo assimetrias inter/intra-regionais e que garantisse o apoio adequado e reforçado às regiões ultraperiféricas.

O que o país e os portugueses necessitavam era de uma política de definição e gestão dos fundos comunitários que tivesse como objetivo central a concretização de uma verdadeira coesão económica e social! Precisávamos/Precisamos de um país mais qualificado, mais preparado e com mais emprego!

Terminava solicitando ainda, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, à Câmara Municipal que nos sejam prestados, em matéria de candidatura aos fundos do 5º Quadro Comunitário de Apoio (e possivelmente o último), os seguintes esclarecimentos:

1. Quais os eixos prioritários definidos, os programas integrados e os projetos em concreto que serão, em perspetiva, alvo de candidatura por parte do Município aos fundos comunitários?
2. Como se propõe o Município a encarar um dos problemas que se irá colocar com maior intensidade no próximo quadro comunitário relacionado com o assegurar do co-financiamento nacional/local, considerando que o mesmo passou também a contar para os limites do endividamento?
3. Que reuniões foram já realizadas com outros Municípios do Distrito de Lisboa para efeitos de avaliação e/ou preparação estratégica e discussão conjunta de projetos intermunicipais integrados com eventual viabilidade em matéria de obtenção de financiamento europeu?

Odivelas, 24 de Fevereiro de 2014

Os Eleitos da CDU na
Assembleia Municipal de Odivelas